

**As transformações da classe política brasileira nos séculos XIX, XX e XXI:  
um estudo do perfil sócio-político dos deputados federais (1889-2014)**

Renato Monseff Perissinotto  
Universidade Federal do Paraná  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Projeto de pesquisa apresentado a  
Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES N° 43/2013

novembro de 2013

## I. Identificação da proposta

---

Há pouco consenso entre especialistas sobre qual é o **perfil social dominante** e a **carreira política padrão** de senadores e deputados federais no Brasil. E como e por que isso tem se transformado ao longo do tempo.

Quando se confrontam os inúmeros estudos sobre a classe política nos Estados Unidos<sup>1</sup> e na França<sup>2</sup>, para não mencionar os esforços comparativos e de longo alcance realizados em diferentes momentos<sup>3</sup>, os profissionais da política ainda são, entre nós, senão um enigma completo a ser decifrado, ao menos um problema em aberto.

De um lado porque as respostas disponíveis estiveram muito circunscritas a momentos ou episódios políticos específicos, a certos estados da federação, a eleições individuais ou a intervalos de tempo reduzidos<sup>4</sup>. De outro lado porque há muito mais investigações sobre o funcionamento institucional da Câmara Federal<sup>5</sup> e os processos de ambição e migração partidária, as estratégias e dinâmicas eleitorais do que sobre os mecanismos de formação das elites políticas, especialmente a dinâmica sócio-política anterior ao universo eleitoral, bem como a dinâmica partidária e eleitoral são os motores responsáveis pela conformação dos representantes eleitos. A heterogeneidade dessa literatura (em termos teóricos, metodológicos e empíricos) e o caráter exclusivo dos seus respectivos achados, têm impedido avançar proposições mais ambiciosas e que contemplem processos intimamente relacionados, dentre os quais a magnitude da experiência política dos congressistas, as altas taxas de circulação das elites no Legislativo e a transformação do perfil do pessoal político do país **ao longo do tempo** e sob o impacto de diferentes regimes constitucionais. Isso tem consequências importantes, sendo possivelmente a maior delas a dificuldade em produzir pesquisas comparativas do Brasil com outras realidades nacionais.

---

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, (Hibbing, 1999; Kiewiet; Zeng, 1993; Matthews, 1961, 1984; Schlesinger, 1966), para ficarmos apenas em alguns títulos.

<sup>2</sup> Ver (Birnbaum, 1985; Charle, 2006; Dogan; Campbell, 1957; Dogan, 1967, 1994; Gaxie; Offerlé, 1985; Gaxie, 1980, 1983; Hubé, 2009; Offerlé, 1999; Phélippeau, 2001; Sawicki; Mathiot, 1999).

<sup>3</sup> Ver (Aberbach; Putnam; Rockman, 1981; Best; Cotta, 2000; Cotta; Best, 2007; Norris, 1997; Putnam, 1976; Suleiman; Mendras, 1997).

<sup>4</sup> Cito aqui uma lista meramente ilustrativa (Araújo; Borges, 2013; Braga; Veiga; Miríade, 2009; Braga, 1998; Cardoso, 1978; Codato, 2008; Forjaz, 1985; Grill, 2008; Leoni; Pereira; Rennó, 2003; Leopoldi, 1973; Love, 1982; Miceli, 1991; Pereira; Rennó, 2001; Rodrigues, 1987, 2002, 2006; Santos, 2010).

<sup>5</sup> Essa foi uma literatura que avançou bastante no Brasil nos anos 1990 e 2000. Ver, principalmente, os estudos de (Amorim Neto; Santos, 2003; Figueiredo; Limongi, 2001, 2008; Müller, 2005; Pereira; Mueller, 2000; Ricci, 2003).

De uma perspectiva diacrônica, estudos sobre elites políticas podem iluminar as transformações históricas de uma sociedade dada – a estrutura de classes, a variedade profissional, a densidade institucional dos aparelhos de representação (legislativos, partidos políticos), a própria dinâmica partidária, os efeitos dos regimes políticos sobre o sistema de representação, a queda e ascensão política de regiões, a autonomização (ou não) das diferentes esferas das práticas sociais, em especial o universo político.

A finalidade básica desta pesquisa é reinterpretar – a partir de um retrato mais completo dos representantes parlamentares brasileiros – o significado de alguns achados recentes sobre os processos de recrutamento dos políticos. Para isso, propõe-se estudar perfil social e político de deputados federais ao longo de mais de 100 anos (isto é, entre 1889 e 2014). Esse empreendimento oferecerá novos subsídios para revisar as explicações existentes sobre a classe política brasileira, notadamente as divergências decorrentes do contraste entre trabalhos dedicados a períodos distintos que não foram realmente colocadas em perspectiva sistemática.

### **I.1 Revisão da literatura**

No conjunto, a abordagem da profissionalização política aponta para três grandes motores para transformações na classe política<sup>6</sup> (i.e., nos padrões e canais de recrutamento legislativo). Em primeiro lugar, mudanças na estrutura social; responsáveis por mudanças em características mais estruturais entre a base de seleção social e seus reflexos no universo político representativo. Aqui falamos das em mudanças de baixo para cima, quando a estrutura social e ocupacional da sociedade produz novos espaços de produção de agentes politicamente ativos. Essas transformações são necessariamente mais lentas, cuja mensuração requer longas séries temporais. Além de serem mudanças “glaciais”, podem não estarem diretamente refletidas nas agremiações partidárias, especialmente em experiências de instabilidade das organizações (Putnam, 1976).

Em segundo lugar, as mudanças na institucionalização do trabalho legislativo. Aqui falamos em mudanças de cima para baixo, decorrente da especialização legislativa que pode gerar mecanismos de seleção endógenos, baseados em experiência, treinamento político em cargos prévios e assim por diante. Essas transformações apontam para a substituição do status

---

<sup>6</sup> Por “classe política” eu quero designar o grupo especializado de políticos profissionais (ou políticos de carreira) que controlam recursos políticos (posições institucionais no Estado ou no Legislativo, por exemplo), comandam organizações políticas (partidos, por exemplo) e exercem as funções de governo (no Executivo e no Legislativo). Eles têm na atividade política seu meio de vida e o poder político como seu objetivo exclusivo, como Max Weber já definiu (Weber, 1994). King propõe uma definição dramática, mas justa: “políticos de carreira *par excellence*” são “homens e mulheres que comem, dormem e até sonham com política” (King, 1981, p. 269).

social pelo status político como credencial para conquista do posto político. Nesse caso, o próprio legislativo ajuda a alavancar políticos de modo verticalizado e passa a prescindir do prestígio social prévio (Eliassen e Pedersen, 1978).

Em terceiro lugar, as mudanças na legislação eleitoral e no formato do sistema partidário. Essas seriam transformações que podemos chamar de ‘laterais’ ou intermediárias, na medida em que a configuração da vida partidária (informada pelas regras eleitorais) pode determinar a abertura ou fechamento das vagas para os aspirantes e, dessa forma, catalisar aptidões e recursos políticos distintos em cada contexto nacional (Best e Cotta, 2000).

### **I.1.1 Definindo o objeto de estudo: profissionais *versus* amadores no Brasil**

“Profissionalização política” pode ser entendida em dois sentidos, um descritivo, outro analítico.

A noção de profissionalização designa simplesmente a ascensão e a predominância, nos aparelhos políticos, de um agente – o político profissional – que deve exibir quatro características distintivas: vocação precoce para a atividade política; carreira política extensa; recursos extraídos tão somente das posições políticas ocupadas; e aquelas qualidades políticas ordinárias: boa figura, domínio da retórica, capacidade de negociação, conhecimento jurídico etc. (Dogan, 1999, p. 171-172) – aquilo que Bourdieu chamou de “*domínio prático* da lógica imanente do campo político” (Bourdieu, 1998, p. 169). No segundo sentido, menos adjetivo e mais substantivo, a profissionalização política deve ser vista como um programa de comutação de um tipo social (o notável) para outro (o especialista) a partir, ou em função, do processo de conversão da natureza dos recursos políticos legítimos numa sociedade dada.

Nessa linha de argumentação, Panebianco estabeleceu uma distinção útil entre os diferentes conteúdos da fórmula "profissionalismo político" e uma classificação dos diferentes tipos de dirigentes políticos. Conforme Panebianco, a profissionalização da atividade política tende a superar a definição weberiana clássica – aquele que vive somente da política (Weber, 1994) – em duas direções: i) um processo de substituição dos parlamentares de origem aristocrática, burguesa ou operária (isto é, de origem classista) pelo político "de classe média", portador de um alto nível de instrução formal (*profissionalização intelectual*), exigência e efeito, segundo ele, da "tecnicização" das decisões políticas e da complexificação das rotinas parlamentares; e ii) a passagem do predomínio do dirigente do partido para o parlamentar do

partido, processo que recebe a denominação de “parlamentarização” dos quadros partidários (Panebianco, 2005, p. 438-449).

Estudos recentes têm mostrado que nas disputas para a Câmara, ser político profissional é a variável mais importante para determinar o sucesso eleitoral de um candidato a deputado federal no Brasil. Nas eleições de 2006, 47% dos vitoriosos já eram membros do poder legislativo federal (Perissinotto; Bolognesi, 2010; Perissinotto; Miríade, 2009)<sup>7</sup>. Mesmo para prefeito municipal, pesquisa sobre o desempenho dos concorrentes em todos os municípios brasileiros nas eleições de 2012 constatou que “ser candidato à reeleição, fazer parte de uma coligação partidária e estar na disputa em um partido com alto desempenho são as principais explicações para a aquisição do mandato” (Codato; Cervi; Perissinotto, 2013).

Esse é, de resto, um fato observável nas democracias institucionalizadas (Best; Cotta, 2000). A profissionalização das carreiras políticas é a contraface do declínio do poder e da influência dos “notáveis” (Dogan, 1999; Guttsman, 1974). Cada vez mais os recursos externos ao mundo político (poder familiar, influência regional, prestígio profissional) passam a contar menos, o que abre a porta para a entrada das camadas médias nos postos políticos – antes privilégio dos muito ricos.

Essas conclusões indicam uma realidade política bastante diferente daquela verificada pelas pesquisas com as carreiras da classe política brasileira logo após a ditadura militar e no curso dos anos 90.

Marengo dos Santos descobriu que se em 1946, 30% daqueles que chegavam à Câmara Federal tinham atrás de si uma longa trajetória na vida nacional, em 1994 menos de 10% dos deputados federais possuíam esse perfil. Uma década após o fim da ditadura militar, nada menos de 50% dos membros da Câmara eram indivíduos que haviam conquistado sua respectiva cadeira num período não superior a quatro anos de dedicação exclusiva à política. O Legislativo seria assim povoado de *self-made men*, que se fizeram basicamente à margem do mundo político oficial – em especial à margem dos partidos políticos. Logo, a renovação parlamentar no Brasil não consistiria apenas na substituição de nomes ou no revezamento entre quadros políticos já experimentados, mas na franquia pura e simples das cadeiras legislativas a indivíduos estranhos ao campo político oficial (Marengo dos Santos, 1997, 2000)<sup>8</sup>. A exposição

---

<sup>7</sup> (Perissinotto; Bolognesi, 2010) compararam o contingente de candidatos eleitos e não eleitos para a Câmara dos Deputados por profissão em 1998, 2002 e 2006. Eles demonstraram que quatro categorias estavam sobrerrepresentadas nesse universo: economistas, engenheiros, médicos e políticos do poder legislativo (senadores, deputados e vereadores).

<sup>8</sup> Esse achado é consistente com a visão de (Samuels, 2003), para quem o tipo de carreira dos parlamentares brasileiros – bastante rápida, centrada exclusivamente no indivíduo e financiada com base em recursos pessoais – seria resultado direto

nos meios de comunicação, sua força e influência nas eleições seriam um dos recursos fundamentais para pavimentar a chegada dos muitos *outsiders* a um dos topos da carreira legislativa (Miguel, 2003).

Outra interpretação argumentou que o elevado índice de revezamento dos políticos brasileiros nas cadeiras legislativas a cada disputa deve-se a uma razão bem diferente. Ela não diria respeito nem à estrutura de oportunidades do mercado político, nem à baixa institucionalização das suas organizações, mas ao cálculo estratégico que os candidatos sempre fazem entre o custo de permanecer ou não numa instituição altamente competitiva do ponto de vista eleitoral (Leoni; Pereira; Rennó, 2003), mas com pouco poder decisório (Santos, 2000). Daí que os legisladores mais experientes e/ou com melhor currículo seriam também aqueles que deixariam mais rapidamente o Legislativo em busca de uma posição com maior poder, em especial no Executivo (Martino, Di, 2009; Santos, 2000). Isso abriria a cada disputa muitas vagas que poderiam ser preenchidas por adventícios<sup>9</sup>.

Contudo, as explicações de cunho institucional, sejam focadas na esfera eleitoral ou na legislativa, não foram capazes de perceber uma mudança gradual quanto à composição ou às consequências de conteúdo dessas altas taxas de renovação junto uma maior profissionalização política dos legisladores. Paralelamente a essa divergência sobre o tipo da carreira política no Legislativo, sua extensão e suas portas de entrada e saída, surgiu, na literatura, uma interpretação centrada no perfil social dos deputados. Ela identificou uma mudança importante no tipo de eleito. A Câmara não seria mais o território exclusivo de uma elite, mas estaríamos assistindo um fenômeno novo: a popularização da classe política brasileira.

### **I.1.2 A popularização da Câmara dos Deputados do Brasil**

“Popularização da classe política” é menos um processo e mais um evento político que se deu no Brasil a partir das eleições de 2002 (Rodrigues, 2006, p. 11-12). Analisando o contorno social dos legisladores (conforme suas respectivas ocupações, *backgrounds* sociais, títulos escolares) que venceram as disputas para a Câmara dos Deputados, e comparando-os com o grupo eleito em 1998, teria havido uma “redução do espaço político dos parlamentares recrutados das classes altas e, por consequência, um aumento da parcela dos deputados federais

---

da dos incentivos institucionais advindos do sistema eleitoral e partidário, culminando com o descontrole dos partidos sobre seus candidatos e legisladores.

<sup>9</sup> Em comum às duas interpretações há a percepção de que as baixas taxas de reeleição para a Câmara dos Deputados (em torno de 50%) constituem sinais de fraca institucionalização do Poder Legislativo federal, ou da dificuldade que o Legislativo tem de reter os quadros mais experientes e alcançar, por meio da qualidade de seu pessoal político, maior capacidade decisória e preponderância política no jogo político nacional.

vindos das classes médias assalariadas e também, mas em menor medida, das classes populares” (Rodrigues, 2006, p. 14). Assim, popularização não significa uma entrada em massa das classes populares, dos pobres ou de indivíduos despossuídos na Câmara dos Deputados, e nem mesmo a “ascensão dos grupos de trabalhadores manuais de renda e escolaridade muito baixas (Rodrigues, 2006, p. 15)”. O que se verificou foi sim uma queda no percentual de indivíduos com perfil mais tradicional e elitista (isto é, os mais ricos, mais educados e de maior *status* e, dentre esses, **sobretudo os empresários**), de um lado; e, de outro, um aumento no número de indivíduos de profissões típicas da classe média, “majoritariamente os de escolaridade relativamente elevada. Não se trata, portanto, dos pequenos proprietários do meio urbano ou rural” (Rodrigues, 2006, p. 15).

As causas básicas dessas modificações no quadro interno da Câmara são, contudo, institucionais (eleitorais) e não estruturais (sociais):

[...] a variável mais estreitamente correlacionada às alterações na natureza social dos grupos que controlam o sistema político é a volatilidade na representação partidária, ou seja, as oscilações dos resultados eleitorais que mudam a força relativa dos partidos no sistema político. Em outras palavras: as alterações no peso dos setores sócioocupacionais presentes na CD, pelo menos no curto prazo, parecem depender mais dos resultados das disputas políticas que de mudanças na estrutura da sociedade, quer dizer, de elementos externos ao sistema político-institucional (Rodrigues, 2006, p. 17).

A vitória de Lula na disputa presidencial em 2002 – e seu reflexo no aumento da bancada de deputados federais do PT – foi responsável por essa mudança relativa no perfil geral da classe política.

De modo muito esquemático: se aumentar a proporção de cadeiras ocupadas por partidos de direita, aumenta a presença de empresários e de outros setores de classe alta. Se aumentar a proporção de cadeiras dos partidos de esquerda, aumenta a proporção de professores, de sindicalistas, de servidores públicos, de empregados e também de alguns trabalhadores manuais (Rodrigues, 2006, p. 17).

Como o trabalho de Rodrigues e sua conclusão se baseiam apenas em uma eleição (2002), está ainda para ser examinado se, de fato, isso configura uma tendência (a “deselitização” da composição social do legislativo federal) ou se esse foi apenas um caso isolado .

## II. Qualificação do principal problema a ser abordado

Estudos de elites políticas estão geralmente filiados a uma das três tradições de estudos mais influentes na área: a histórica, a sociológica e a institucional (Best; Cotta, 2000, pp. 3–4; 9–10).

## II.1 O padrão clássico de explicação histórica

Estudos de elites filiados à tradição de explicações históricas tratam, basicamente, das origens sociais dos diferentes tipos de políticos, dos enfrentamentos entre esses grupos a partir de suas origens sociais, e do **timing** da passagem de um tipo dominante a outro. Nesta corrente estas dimensões<sup>10</sup> se combinam para explicar as transformações de longo alcance na representação parlamentar (e mesmo a gênese da profissão de político em período integral).

O padrão de explicação da gênese histórica do político de carreira foi estabelecido por Weber, quando ele analisa a conversão da associação de notáveis locais (*gentlemen*) em máquina partidária correspondente à passagem do domínio de dois tipos sociais ideais: os notáveis parlamentares e extraparlamentares, para os quais a política era uma ocupação secundária e os cargos no Estado tinham uma função honorífica (eram, portanto, amadores), para o domínio dos políticos profissionais.

Esses tipos não devem ser, todavia, tomados com **categorias abstratas**. São expressões políticas de diferenças sociais reais, que variam conforme parâmetros bem definidos no tempo e no espaço – tendo em conta, como observa Weber, as diferenças na Inglaterra do século XIX entre **tories** (apoiados pelos pastores, professores e grandes proprietários rurais) e **whigs** (estes amparados pelo pregador, o administrador dos correios e artesãos). Na “América de Washington”, por outro lado, um **gentleman** era um proprietário (de terras) ou um universitário (isto é, um indivíduo formado em um **college**), já o **boss**, por sua vez, era “um empresário político capitalista que, por sua conta e sob seu risco, junta[va] votos”. (Weber, 1999, p. 551 a 558).

No caso do Brasil, essa história ainda está por ser feita de maneira mais ordenada. Há, evidentemente, estudos pioneiros sobre o assunto, e que remontam ao XIX<sup>11</sup>, mas falta uma sóciogênese da profissão política que integre, numa explicação histórica, diferentes tipos

---

10 Especificadas em variáveis como a extensão do sufrágio no contexto de democratização (Weber, 1999, pp. 544–560), o surgimento e ascensão de partidos de massa (Michels, 1971), transformações sociais e demográficas no perfil do eleitorado, o impacto e a influência dos meios de comunicação na formação de preferências dos votantes.

11 Ver, principalmente, (Barman; Barman, 1976; Carvalho, 1982, 1996; Flory, 1975; Love; Barickman, 1986; Pang; Seckinger, 1972).



sociais: o coronel, o bacharel, o notável de aldeia, o diletante, o adventício, o semiprofissional, o profissional, etc.<sup>12</sup>

## **II.2 Variáveis institucionais e padrões de trajetória política**

Para a tradição institucional, a variação nos modelos de carreira política dos indivíduos depende fundamentalmente de fatores ou insumos organizacionais: regras eleitorais que estipulam as formas de preenchimento de posições políticas, tais como listas fechadas ou abertas (Carey; Shugart, 1995); modelos de seleção de candidatos a cargos eletivos centralizado nas lideranças partidárias ou nas bases (Rahat; Hazan, 2001; Siavelis; Morgenstern, 2008); fontes de financiamentos de campanhas (público, privado, misto); padrões de conexão eleitoral (universal, particularista). Resumindo excessivamente o argumento, modelos mostram que listas fechadas produzem carreiras centradas nos partidos e maior profissionalização dos quadros políticos. Já voto preferencial incentiva recrutamento lateral de candidatos com carreiras rápidas, descontínuas e com baixa expertise política.

Analisando os tipos de carreira no Brasil em função da “fidelidade partidária” – tempo de filiação à legenda antes da conquista da cadeira no parlamento e mudança de legenda no decorrer do mandato – Marengo relativizou esses determinantes institucionais, uma vez que sua ação sobre as estratégias e perfis de currículos políticos deve levar em conta quatro determinantes contextuais, que variam no tempo e no espaço: i) os ciclos políticos, que em geral coincidem com regimes políticos; ii) tipos de partido conforme se considere o contínuo esquerda-centro-direita; iii) características da circunscrição eleitoral; e iv) a experiência partidária dos indivíduos (Marengo, 2013, p. 40). Testar essas variáveis para um universo tão amplo como o nosso, pode produzir achados importantes seja sobre formas de ingresso e ascensão pelos cargos políticos, seja sobre as próprias organizações partidárias e suas configurações organizacionais.

## **II.3 Espaço político e espaço social**

Conforme a abordagem sociológica, o que sucede no espaço político é que, por mais que se constate sua autonomia característica e a vigência de regras próprias de seleção eleitoral, controle partidário e de especialização profissional, ele obedece a uma lógica que é predominantemente “social”. Ou seja: para certos postos conquistados no mercado político, existe uma forte correlação entre oposições políticas e hierarquias sociais, a ponto de se poder

---

<sup>12</sup> A oposição entre o coronel e o bacharel no estudo sobre a profissão política no Estado Novo pode ser encontrada em Codato, 2008.

pensar “as primeiras como expressão simbólica das segundas” (Gaxie, 1980, p. 32). Nesse sentido, quanto mais alto o cargo (i.e., quanto mais poder, prestígio e influência ele detenha), mais “elitizado” será o perfil do eleito.

Pode-se afirmar, portanto, que existiria uma “homologia” (Bourdieu, 1998, p. 176) estrutural entre o mundo político e o mundo social. Nessa linha de argumentação, estudos de elites deveriam então testar melhor as condições sociais da competição política ou o grau de inclusão dos diferentes grupos/classes sociais na elite política. Essa seria uma dimensão essencial que não tem, obviamente, a ver com as condições formais de elegibilidade (definição legal de quem pode ser eleito e para qual lugar), mas sim ao problema de como ela chegou lá (“no poder”).

Por isso mesmo é que estudos sobre elites – em especial sobre origens sociais das elites políticas – adquirem importância essencial para caracterizar o **grau de democratização** do sistema político. Como nas sociedades de regimes políticos democráticos não há nenhuma exigência de qualquer critério técnico para exercer a política, nem uma interdição de classe nos processos de recrutamento eleitoral, cabe ao analista identificar, para uma dada sociedade, que mecanismos (culturais, sociais, econômicos, simbólicos) operam na seleção daqueles que se dedicarão profissionalmente à política e daqueles que serão excluídos dela.

Com isso, estudos sobre a homogeneidade ou a heterogeneidade sócio-profissional de grupos específicos de elite são essenciais para se discutir, por exemplo, o próprio **sistema político**, já que dizem respeito à estrutura de oportunidades socialmente sancionadas para participar da política institucional.

### III. Objetivos e metas a serem alcançadas

Sintetizamos aqui os objetivos **gerais** e **específicos** da proposta de pesquisa.

Em termos gerais, os objetivos fundamentais são:

- i. Analisar a variação no padrão sócio-profissional e nos modelos de carreira política de deputados federais entre 1889 e 2014.
- ii. Produzir evidências empíricas e consolidar informações sobre a política nacional nesse domínio específico e que sirvam de referência para comparações no plano internacional;

Em termos mais específicos, as perguntas que nos propomos a responder a partir do estudo do recrutamento político para os cargos legislativos no Brasil de 1889 a 2014 seriam as seguintes:

- i. A classe política brasileira, no grande período determinado, é formada por um grupo homogêneo e monolítico (social, política, econômica e culturalmente) ou não?
- iii. Se não é, qual é então o seu perfil social, ou mais exatamente, como, quando e em que velocidade ele muda ao longo do tempo?
- iv. Transformações importantes na elite política têm relação com o regime político predominante ou com o regime eleitoral?
- v. Essas transformações se dão prioritariamente em que nível? Diversificação social, fragmentação interna, mudanças nas formas de recrutamento etc.?
- vi. Quais são os recursos possuídos por esses indivíduos que os habilitam a conquistar altos postos políticos (recursos econômicos, familiares, culturais, ou todos esses cumulativamente)?
- vii. O nome que melhor descreve a mudança no perfil da elite política é “profissionalização”?
- viii. É possível encontrar alguma conexão entre determinadas camadas sociais e o perfil de carreira observado pelos estudos que discutem a expertise política dos deputados?

#### IV. Metodologia a ser empregada

A fim de determinar a estrutura passada e presente do campo político nacional, propomos uma hipótese geral de trabalho e um conjunto de proposições passíveis de reelaboração teórica e de verificação empírica.

Ao invés de insistir ou numa abordagem puramente sociológica ou puramente institucionalista do problema, é preciso caminhar para um modelo de análise que consiga combinar, **numa perspectiva diacrônica**, variáveis de três tipos: institucionais, históricas e sociais. Elas, resumidamente, dizem respeito: i) à **institucionalização** da competição política democrática; ii) à **autonomização** do universo político em relação aos demais universos sociais; e iii) à **profissionalização** dos agentes e à sedimentação de suas trajetórias políticas. A combinação desses processos – que são simultâneos no tempo – concorre para definir e dirigir esse programa peculiar de circulação de elites entre as posições legislativas mais importantes do País

Proposições:

- I. O perfil e o padrão de carreira da classe política são lentos, e obedecem mais a conjunturas críticas ou às mudanças nos padrões de competição eleitoral do que às mudanças de regime político (por exemplo, regime oligárquico (1889-1930); ditatorial-civil (1937-1945); democrático (1954-1964); ditatorial-militar (1964-1985); democrático (1985-)).
- II. A institucionalização das regras e dos aparelhos políticos da democracia representativa – partidos, parlamentos, eleições – tende a impor um conjunto de exigências que só podem ser atendidas por aqueles que se ocupam profissionalmente da política, em prejuízo a candidatos aventureiros.
- III. Essa característica especializada do recrutamento político tende a produzir um universo cada vez mais autônomo em relação a outros domínios da vida social. Essa lógica favorece, sobretudo, o sucesso e a permanência daqueles que desempenharam atividades prévias em burocracias públicas, cargos eletivos ou nas máquinas dos partidos políticos.
- IV. Os atributos sociais, políticos e profissionais dos representantes no regime democrático brasileiro e sancionados pelos mecanismos e aparelhos encarregados de recrutá-los são, de fato, menos "elitistas" do que aqueles típicos dos períodos anteriores, sem serem, contudo, mais populares.

#### **IV.I Técnicas a serem utilizadas**

O propósito deste projeto — realizar um mapeamento exaustivo do perfil dos deputados federais entre 1889 e 2014 — deve ser alcançado a partir da execução de certos procedimentos padrão:

- i. identificação dos **ocupantes** dos postos de deputado federal durante o período analisado (1889-2014),;
- ii. essa identificação adotará o seguinte critério: serão estudados todos os titulares de cadeiras de deputados federais e esses nomes serão definidos a partir dos resultados eleitorais, antes mesmo da posse;
- iii. feitas essas identificações, deve-se em seguida aplicar a cada um dos nomes uma planilha que revele as certas informações político-biográficas
- iv. essas informações são de dois tipos:
  - a. **sociais** (origem de classe, tipo e tamanho do patrimônio herdado ou construído, acesso a educação superior e posse de títulos escolares,

habilidades profissionais, gênero, origem étnica, e outros indicadores de posição social)

- b. **políticas** (idade de ingresso no mundo política, número de mandatos antes de chegar a posições superiores na hierarquia política, quantidade de partidos por que passou, cargos estratégicos que dirigiu, etc.)

A planilha que utilizamos está dividida em oito blocos de informações:

1. DIGITADOR
2. IDENTIFICAÇÃO DO POLÍTICO
3. VIDA PARTIDÁRIA
4. CARREIRA POLÍTICA (CARGOS ELETIVOS E NÃO ELETIVOS)
5. SÍNTESE DA CARREIRA POLÍTICA
6. INFORMAÇÕES OCUPACIONAIS
7. ASSOCIATIVISMO
8. OBSERVAÇÕES

O esquema completo da planilha encontra-se no **Anexo I**.

#### **IV.2 A viabilidade da pesquisa**

Até o presente momento (novembro de 2013) já temos um banco de dados com todas as variáveis acima dos deputados federais com todas as informações eleitos em 2010:

**Perfil sócio-político dos deputados federais brasileiros (2010)**. Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil. Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR. 2013.

Estamos completando um banco de dados de todos os deputados federais de 1945 a 2006 a partir dos dados disponíveis no sítio do grupo de pesquisa Instituições políticas comparadas, da UFRGS (<http://www.ufrgs.br/ipoc/index.php/bancodedados>). Esses dados cobrem o período 1945-2002.

Para este banco, os dados foram reunidos sob as seguintes variáveis:

- |             |                 |
|-------------|-----------------|
| 1. ANO      | 5. IDADE        |
| 2. DEPUTADO | 6. PROFISSÃO    |
| 3. ESTADO   | 7. ESCOLARIDADE |
| 4. PARTIDO  | 8. MANDATOS     |

O banco possui algumas inconsistências e ausências de informações que estão sendo revisadas no momento. Até janeiro de 2014 este banco também estará disponível para trabalharmos.

Os bancos de dados têm como fonte principal, além das citadas acima, o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB), publicado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e dados obtidos junto ao Departamento de Processamento de Dados do Senado (PRODASEN). Todos os dados serão processados em software específico para armazenamento e compartilhamento, *Filemaker*, e processados em software estatístico. Além dos padrões políticos e sociais que esperamos captar com esta análise, pretendemos fazer uso de análise de casos exemplares que caracterizam os meios pelos quais alguns casos explicam os **mecanismos** com o qual opera a formação de elites no Brasil. Para tanto, utilizaremos o software de análise qualitativa, NVivo.

### V. Principais contribuições científicas da proposta

---

Produtos científicos esperados ao final do projeto de pesquisa:

- 1) **Trabalhos de conclusão de curso** (Graduação em Ciências Sociais): três estudantes de graduação em Ciências Sociais cooperarão com a pesquisa e realizarão suas monografias dentro do mesmo tema. Esses estudantes transformarão suas investigações em projetos de mestrado;
- 2) **Dissertações de mestrado**: ao menos três dissertações de mestrado em Ciência Política deverão ser defendidas nesse mesmo tema de pesquisa, inclusive lançando mão dos mesmos dados, ao longo dos dois anos de vigência do projeto;
- 3) **Tese de doutorado**: no curso desse projeto, uma tese de doutorado será defendida sobre temática relacionada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR;
- 4) **Comunicações de pesquisa em congressos científicos**: apresentação dos resultados de pesquisa em congressos científicos (ANPOCS, ABCP, ALACIP, LASA, IPSA);
- 5) **Artigos científicos**: produção de textos acadêmicos a serem encaminhados para publicação em periódicos especializados. Espera-se a publicação de quatro artigos;
- 6) **Seminários**: serão realizados três seminários abertos ao público acadêmico em geral a fim de discutir os resultados parciais e finais desta pesquisa, bem como suas implicações metodológicas e matrizes teóricas;
- 7) **Livros**: serão editados dois livros no curso desse projeto, compilando estudos do coordenador e dos colaboradores sobre i) a classe política brasileira; e ii) profissionalização e institucionalização política no Brasil;
- 7) **Bancos de dados**: consolidação de banco de dados a ser colocado à disposição da comunidade acadêmica através do Consórcio de Informações Sociais (CIS) da ANPOCS/USP.

**Perfil sócio-político dos deputados federais brasileiros (1889-2014).** Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil. Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR. 2015.

## VI. Orçamento Detalhado

O quadro abaixo apresenta os principais materiais de consumo e de capital que entendo serem fundamentais para a execução do projeto. Logo abaixo, podemos encontrar o detalhamento de cada item presente no quadro.

| Orçamento Resumido       |            |                                |                |                      |
|--------------------------|------------|--------------------------------|----------------|----------------------|
|                          | Quantidade | Descrição                      | Valor Unitário | Total                |
| 1. Livros                | 40         | Bibliografia Acadêmica Diversa | R\$ 50,00      | R\$ 2.000,00         |
| 2. Diárias no País       | 30         | Diárias para Curitiba - PR     | R\$ 200,60     | R\$ 6.018,00         |
| 3. Passagens Aéreas      | 10         | Passagens Aéreas Diversas      | R\$ 600,00     | R\$ 6.000,00         |
| 4. Serviços de Terceiros | *          | Serviços Diversos              | *              | R\$ 15.000,00        |
|                          |            |                                | <b>TOTAL</b>   | <b>R\$ 29.018,00</b> |

1. Solicitamos uma quantidade de quarenta unidades de livros e outros materiais bibliográficos para que tanto os pesquisadores deste projeto possam atualizar as referências teóricas bem como os alunos de graduação e pós-graduação possam fazer consultas para suas monografias, dissertações, teses e artigos.
2. As diárias são necessárias especialmente para a cidade de Curitiba, onde estará sediado o projeto junto à Universidade Federal do Paraná. Outros pesquisadores de outras instituições que fazem parte do projeto ou serão convidados para debater dados, resultados parciais e metodologia necessitarão de financiamento para deslocamentos em funções de reuniões de trabalho e eventos científicos.
3. O mesmo motivo citado acima para as diárias, prevemos um valor médio de passagens aéreas para a cidade de Curitiba a partir de outras cidades, estados e países com os quais temos colaboração de pesquisa.
4. A maior parte dos gastos previstos neste orçamento se destina a serviço de terceiros que serão contratados para, entre outras coisas, participar da coleta e tabulação dos dados e consultoria estatística. Além disso, podemos utilizar serviços de terceiros para operações técnicas como revisão e tradução de futuras publicações.

## VII. Cronograma físico-financeiro

Cronograma Físico-Financeiro

|                                               | 1°<br>Trimestre<br>2014 | 2°<br>Trimestre<br>2014 | 3°<br>Trimestre<br>2014 | 4°<br>Trimestre<br>2014 | 1°<br>Trimestre<br>2015 | 2°<br>Trimestre<br>2015 | 3°<br>Trimestre<br>2015 | 4°<br>Trimestre<br>2015 |
|-----------------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Implementação da Proposta                     |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Reunião Interna do Projeto                    |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Compra de Material Bibliográfico              |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Coleta dos dados                              |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Utilização de Diárias                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Utilização de Passagens Aéreas                |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Submissão a Eventos Científicos               |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Apresentação de Resultados Parciais           |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Reunião Científica com colaboradores externos |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Contratação de Serviços de Terceiros          |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Ajustes e Aperfeiçoamentos na Coleta de Dados |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Defesa Monografia Graduação                   |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Submissão de Artigos em Periódicos            |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Defesa Dissertação                            |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Qualificação de Tese Doutorado                |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Consolidação da base de dados                 |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Apresentação de Resultados Finais             |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Entrega de Relatório Final                    |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |



## VIII. Identificação dos demais participantes do projeto

**1) Adriano Nervo Codato:** Adriano Codato é graduado em Ciências Sociais (com ênfase em Ciência Política), Mestre em Ciência Política e Doutor em Ciência Política, sempre pela UNICAMP. Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR) desde 1992, é fundador e editor da Revista de Sociologia e Política ([www.scielo.br/rsocp](http://www.scielo.br/rsocp)) e um dos coordenadores do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da UFPR. Atua no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na UFPR. Coordena o projeto PROCAD/Capes Composição e recomposição de grupos dirigentes no Nordeste e no Sul do Brasil: uma abordagem comparativa e interdisciplinar (2010-2014). Atualmente, dedica-se ao estudo dos processos de recrutamento da classe política brasileira e coordena O observatório de elites políticas e sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>). Integra a Comissão da Memória e da Verdade da UFPR; integra o Grupo de Trabalho El Estado en América Latina, da Clacso; e coordena o Seminário Temático da ANPOCS Elites e Espaços de Poder.

**2) Bruno Bolognesi:** É professor de ciência política na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Possui doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Realizou parte de seu doutoramento na University of Oxford, através de estágio sanduíche. É pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP/UFPR) e do Centro de Estudos dos Partidos Políticos Latino Americanos (CEPLA/UFSCar). Atua como editor executivo da revista Paraná Eleitoral: revista de ciência política e direito eleitoral e editor associado da Revista de Sociologia e Política. Seus principais temas de pesquisa são: seleção de candidatos, partidos políticos, recrutamento político, elites políticas, organização partidária e sistema partidário.

**3) Mariana Gené:** Licenciada em Sociologia pela *Universidad de Buenos Aires* (UBA), pesquisadora do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET) da Argentina, investigadora do *Instituto Gino Germani* (IGG) e professora de Epistemologia das Ciências Sociais na carreira de Sociologia da UBA. Atualmente faz seu doutorado em Ciências Sociais pela *Universidad de Buenos Aires* e em Sociologia na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) de Paris. Seus principais interesses de pesquisa são: sociologia dos economistas, sociologia do Estado e da profissão política e debates sobre epistemologia contemporânea das ciências sociais.

**4) Gabriel Vommaro:** É Professor e pesquisador na *Universidad Nacional de General Sarmiento* (UNGS) e Pesquisador Assistente do CONICET. Doutorou-se em Sociologia pela *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Centre de Sociologie Européenne)*. Seus interesses de pesquisa são: práticas culturais e políticas na Argentina depois da transição democrática, mídia e política; configurações, redes e espaços de sociabilidade política.

**5) Stéphanie Alenda:** É diretora da *Escuela de Sociología de la Universidad Andrés Bello* e membro do corpo docente do doutorado em Ciências Sociais da Universidade do Chile. É doutora em Sociologia pela Universidade de Lille 1 (França). É editora da revista *Política*, do Instituto de Assuntos Públicos da Universidade do Chile, e pesquisadora do FONDECYT e do CNRS-CONICYT. Seus interesses de pesquisa são: partidos políticos e militantes políticos.

## IX. Indicação de colaborações ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa da área

---

- 1) Universidade Nova de Lisboa, Portugal (Dr. Pedro Tavares de Almeida)
- 2) Universidad Nacional de General Sarmiento, Buenos Aires, Argentina (Dr. Gabriel Vommaro)
- 3)

## **X. Disponibilidade efetiva de infra-estrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto**

---

No Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR contamos com:

- i) Uma sala de reuniões onde os integrantes da pesquisa podem conduzir os debates relativos à condução da pesquisa e à teoria mobilizada para a coleta e análise dos dados;
- ii) Uma sala de conferências no Departamento de Ciências Sociais da UFPR, que será utilizada para conferências, seminários e apresentação dos resultados parciais de pesquisa;
- iii) Três computadores padrão IBM PC com acesso à internet;
- iv) Aparelho de telefone e fax, com uso disponível aos pesquisadores;
- v) Acesso à biblioteca de Ciências Humanas da UFPR, das bibliotecas pessoais dos coordenadores e outras bibliotecas particulares para dar início aos debates sobre a construção da pesquisa.

## **XI. Referências**

---

ABERBACH, J.; PUTNAM, R.; ROCKMAN, B. **Bureaucrats and Politicians in Western Democracies (Peabody Museum)**. Harvard: Harvard University Press, 1981. p. 322

AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. O segredo ineficiente revisito: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. **Dados**, v. 46, n. 4, p. 449–479, 2003.

ARAÚJO, C. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados**, v. 44, n. 1, 2001.

ARAÚJO, C. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, p. 23–59, 2009.

ARAÚJO, C. M. DE O.; BORGES, D. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 69–91, jun. 2013.

BARMAN, R.; BARMAN, J. The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 18, n. 4, p. 423–450, 1976.

BEST, H.; COTTA, M. (EDS.). **Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries**. New York: Oxford University Press, 2000. p. 568

BEST, H.; COTTA, M. Elite Transformation and Modes of Representation since the Mid-Nineteenth Century: Some Theoretical Considerations. *In*: BEST, H.; COTTA, M. (Eds.). **Parliamentary**

**Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries.** Oxford, England: Oxford University Press, 2000. p. 1–28.

BIRNBAUM, P. **Les Elites socialistes au pouvoir: les dirigeants socialistes face a l'Etat, 1981-1985.** Paris: Presses Universitaires de France, 1985. p. 311

BOHN, S. R. Women and candidate quality in the elections for the Senate: Brazil and the United States in comparative perspective. **Brazilian Political Science Review**, v. 1, n. 2, p. 74–107, 2007.

BORCHERT, J. **Ambition and Opportunity in Federal Systems: The Political Sociology of Political Career Patterns in Brazil, Germany, and the United States** APSA 2009 Toronto Meeting Paper. **Anais...**Toronto, Canada: 2009

BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. *In: O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 163–207.

BRAGA, M. DO S. S.; VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 123–142, jun. 2009.

BRAGA, S. S. **Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946.** Brasília - DF: Centro de Documentação e Informação/Câmara dos Deputados, 1998. v. 2

CARDOSO, F. H. Partidos e deputados em São Paulo (o voto e a representação política). *In: LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (Eds.). Os partidos e as eleições no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 45–75.

CAREY, J. M.; SHUGART, M. S. Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. **Electoral Studies**, v. 14, n. 4, p. 417–439, 1995.

CARVALHO, J. M. DE. Political Elites and State Building: The Case of Nineteenth-Century Brazil. **Comparative Studies in Society and History**, v. 24, n. 3, p. 378–399, 1982.

CARVALHO, J. M. DE. **A construção da ordem: A elite política imperial ; Teatro de sombras : a política imperial.** 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relume-Dumará, 1996. p. 435 p.

CHARLE, C. **Les élites de la République (1880-1900).** 2. ed. Paris: Fayard, 2006. p. 613

CODATO, A. **Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo.** Campinas - SP: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 2008.

CODATO, A. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 89–105, jun. 2008.

CODATO, A.; CERVI, E. U.; PERISSINOTTO, R. M. Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. **Cadernos ADENAUER**, v. XIV, n. 2, p. 61–84, 2013.

CORADINI, O. L. Representação política e de interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. **Sociedade e Estado**, v. 26, n. 1, p. 197–220, abr. 2011.

COSTA, L. D. **Os representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1987-2007).** Campinas - SP: Universidade Estadual de Campinas, 2010.

- COSTA, L. D.; CODATO, A. Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos senadores da República. *In*: MARENCO, A. (Ed.). **Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p. 107–134.
- COTTA, M.; BEST, H. (EDS.). **Democratic Representation in Europe: Diversity, Change, and Convergence**. New York: Oxford University Press, USA, 2007.
- DAHL, R. A. **Polyarchy: Participation and Opposition**. Yale: Yale University Press, 1972.
- DOGAN, M. Les filières de la carrière politique en France. **Revue française de sociologie**, v. 8, n. 4, p. 468–492, 1967.
- DOGAN, M. **La classe politique française: composition et professionnalisation**. Paris: Universalia, 1994. (Nota técnica).
- DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. *In*: OFFERLÉ, M. (Ed.). **La profession politique: XIXe-XXe siècles**. Paris: Belin, 1999. p. 171–199.
- DOGAN, M.; CAMPBELL, P. Le personnel ministériel en France et en Grande-Bretagne (1945-1957). **Revue française de science politique**, v. 7, n. 2, p. 313–345, 1957.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Política orçamentária no presidencialismo de coalizão**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora FGV; Fundação Konrad-Adenauer, 2008. p. 182
- FLORY, T. Judicial Politics in Nineteenth-Century Brazil. **The Hispanic American Historical Review**, v. 55, n. 4, p. 664–692, 1975.
- FORJAZ, M. C. S. Os deputados de São Paulo: trajetória social e política. **Revista de Administração de Empresas**, v. 25, n. 3, p. 49–56, set. 1985.
- GAXIE, D. Les logiques du recrutement politique. **Revue française de science politique**, v. 30, n. 1, p. 5–45, 1980.
- GAXIE, D. Les facteurs sociaux de la carrière gouvernementale sous la Cinquième République de 1959 à 1981. **Revue française de sociologie**, v. 24, n. 3, p. 441–465, 1983.
- GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p. 165–208, 2012.
- GAXIE, D.; OFFERLÉ, M. Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir. Capital collectif et carrière politique. *In*: BIRNBAUN, P. (Ed.). **Les élites socialistes au pouvoir: 1981-1985. Les dirigeants socialistes face à l'État**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985. p. 105–161.
- GRILL, I. G. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 65–87, jun. 2008.
- GUTTSMAN, W. L. The British Political Elite and the Class Structure. *In*: STANWORTH, P.; GIDDENS, A. (Eds.). **Elites and Power in British Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974. p. 22–44.

HIBBING, J. R. J. Legislative careers: why and how we should study them. **Legislative Studies Quarterly**, v. 24, n. 2, p. 149–171, 1999.

HUBÉ, N. Le recrutement social des professionnels de la politique. *In*: COHEN, A.; LACROIX, B.; RIUTORT, P. (Eds.). **Nouveau manuel de science politique**. Paris: La Découverte, 2009. p. 335–357.

KIEWIET, D. R.; ZENG, L. An Analysis of Congressional Career Decisions, 1947-1986. **The American Political Science Review**, v. 87, n. 4, p. 928–941, 1993.

KING, A. The Rise of the Career Politician in Britain and its Consequences. **British Journal of Political Science**, v. 11, n. 3, p. 249–285, 1981.

LEMOS, L. B. **O Senado Federal brasileiro no pós-Constituinte**. Brasília - DF: Senado Federal/UNILEGIS, 2008. p. 463

LEMOS, L. B.; RANINCHESKI, S. O perfil sociopolítico dos senadores brasileiros. **Revista Senatus**, v. 2, n. 1, p. 33–39, dez. 2002.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, v. 9, n. 1, p. 44–67, maio. 2003.

LEOPOLDI, M. A. P. Carreira política e mobilidade social: o Legislativo como meio de ascensão social. **Revista de Ciência Política**, v. 7, n. 2, p. 83–95, 1973.

LOVE, J. L. **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LOVE, J. L.; BARICKMAN, B. J. Rulers and Owners: A Brazilian Case Study in Comparative Perspective. **The Hispanic American Historical Review**, v. 66, n. 4, p. 743–765, 1986.

MARENCO, A. O que podemos explicar estudando carreiras políticas? *In*: MARENCO, A. (Ed.). **Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p. 31–51.

MARENCO DOS SANTOS, A. Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no congresso nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, p. 87–101, fev. 1997.

MARENCO DOS SANTOS, A. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)**. Porto Alegre - RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2000.

MARENCO DOS SANTOS, A. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 45, p. 69–83, fev. 2001.

MARENCO DOS SANTOS, A. Experiência política e liderança legislativa na Câmara dos Deputados. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 59, p. 153–171, mar. 2001.

MARENCO DOS SANTOS, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 93–113, jun. 2007.

MARTINO, M. DI. **A política como profissão: análise da circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

- MATTHEWS, D. R. United States Senators: A Collective Portrait. **International Social Science Journal**, v. 13, n. 4, p. 620–634, 1961.
- MATTHEWS, D. R. Legislative recruitment and legislative careers. **Legislative Studies Quarterly**, v. 9, n. 4, p. 547–585, 1984.
- MELO, C. R. F. DE. Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 43, n. 2, 2000.
- MESSEMBERG, D. A elite parlamentar brasileira (1989-2004). **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 2, p. 309–370, ago. 2007.
- MESSEMBERG, D. A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. **Revista de**
- MICELI, S. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, B. (Ed.). **História geral da civilização brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. v. 3p. 559–596.
- MICHELS, R. **Les Partis Politiques: Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties**. Paris: Flammarion, 1971.
- MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, p. 115–134, jun. 2003.
- NEIVA, P.; IZUMI, M. Os “doutores” da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 41, p. 171–192, 2012.
- NEIVA, P.; IZUMI, M. Os sem-voto do Legislativo brasileiro: quem são os senadores suplentes e quais os seus impactos sobre o processo legislativo. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, p. 1–21, jun. 2012.
- NEIVA, P. R. P.; SOARES, M. M. Senado brasileiro: casa federativa ou partidária? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, p. 97–115, fev. 2013.
- NORRIS, P. (ED.). **Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies**. New York: Cambridge University Press, 1997.
- NUNES, E. Legislativo, política e recrutamento de elites no Brasil. **Dados**, n. 17, p. 53–78, 1978.
- OFFERLÉ, M. **La profession politique: XIXe-XXe siècles**. Paris: Belin, 1999. p. 363
- PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PANG, E.-S.; SECKINGER, R. L. The Mandarins of Imperial Brazil. **Comparative Studies in Society and History**, v. 14, n. 2, p. 215–244, 1972.
- PEREIRA, C.; MUELLER, B. Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, p. 45–67, jun. 2000.
- PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 44, n. 2, p. 133–172, 2001.

- PERISSINOTTO, R. M.; BOLOGNESI, B. Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). **Brazilian Political Science Review**, v. 4, n. 1, p. 10–32, 2010.
- PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados**, v. 52, n. 2, p. 301–333, 2009.
- PHÉLIPPEAU, E. Sociogênese da profissão política. *In*: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. (Eds.). **Norbert Elias. A política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 185–208.
- POWER, T. J.; MOCHEL, M. G. Shaping the Brazilian Political Class: Causes and Consequences of Recruitment to the Chamber of Deputies. **Canadian Journal of Latin American & Caribbean Studies**, v. 34, n. 67, 2009.
- POWER, T. J.; ZUCCO JR., C. Elite Preferences in a Consolidating Democracy: The Brazilian Legislative Surveys, 1990-2009. **Latin American Politics and Society**, v. 55, n. 2, 2013.
- PUTNAM, R. D. **The Comparative Study of Political Elites**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1976.
- RAHAT, G.; HAZAN, R. Y. Candidate Selection Methods: An Analytical Framework. **Party Politics**, v. 7, n. 3, p. 297–322, 1 maio. 2001.
- RICCI, P. O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais? **Dados**, v. 46, n. 4, p. 699–734, 2003.
- RODRIGUES, L. M. **Quem foi quem na constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados**. São Paulo: Oesp; Maltese, 1987.
- RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Edusp, 2002.
- RODRIGUES, L. M. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: PubliFolha, 2006.
- SAMUELS, D. **Ambition, Federalism and Legislative Politics in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SANTOS, F. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. *In*: BOSCHI, R.; DINIZ, E.; SANTOS, F. (Eds.). **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Konder-Adenauer, 2000. p. 89–117.
- SANTOS, F. Câmara dos Deputados e a estrutura de oportunidades políticas no Brasil: alguns apontamentos acerca das eleições de 2010. **Cadernos Aslegis**, n. 40, p. 109–126, 2010.
- SANTOS, F. G. M.; PEGURIER, F. J. H. Political Careers in Brazil: Long-term Trends and Cross-sectional Variation. **Regional & Federal Studies**, v. 21, n. 2, p. 165–183, 2011.
- SAWICKI, F.; MATHIOT, P. Les membres des cabinets ministériels socialistes en France (1981-1993) : recrutement et reconversion. 1) Caractéristiques sociales et filières de recrutement. **Revue française de science politique**, v. 49, n. 1, p. 3–30, 1999.
- SCHLESINGER, J. A. **Ambition and Politics: Political Careers in the United States**. Chicago: Rand McNally, 1966.

SIAVELIS, P. M.; MORGENSTERN, S. Political recruitment and candidate selection in Latin America: a framework for analysis. *In*: SIAVELIS, P. M.; MORGENSTERN, S. (Eds.). **Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America**. University Park, PA: Penn State University Press, 2008. .

SILVA JÚNIOR, J. A. DA; FIGUEIREDO FILHO, D. B. Marolas ou tsunamis? O impacto das ondas de renovação sobre a profissionalização dos deputados federais (1999-2003). **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 42, p. 199–212, jun. 2012.

SILVA, R. S. DA. **Senado: casa de senhores? Os perfis de carreira dos senadores eleitos entre 1990-2006**. Porto Alegre - RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SOARES, M. M. Influência majoritária em eleições proporcionais: os efeitos presidenciais e governatoriais sobre as eleições para a câmara dos deputados brasileira (1994-2010). **Dados**, v. 56, n. 2, p. 413–437, 2013.

SULEIMAN, E.; MENDRAS, H. **Le Recrutement des élites en Europe**. Paris: La Découverte, 1997. p. 262

WEBER, M. The Profession and Vocation of Politics. *In*: LASSMAN, P.; SPEIRS, R. (Eds.). **Weber: Political Writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 309–369.

WEBER, M. **Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora UnB, 1999. v. 2

## Anexo I

### XII. A planilha de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados é formado por 90 colunas, distribuídas da seguinte maneira:

| Bloco de informação                                | Nº de Colunas | Informação registrada na planilha                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------------------------------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| DIGITADOR                                          | 3             | Nome do digitador, nº do PDF fornecido pelo PRODASEN, e código identificador (ID) da unidade de observação                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| IDENTIFICAÇÃO DO POLÍTICO                          | 7             | Dados pessoais, data e origem de nascimento e óbito                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| VIDA PARTIDÁRIA                                    | 19            | Registramos o número de partidos nos quais o indivíduo foi filiado, prevendo um máximo de seis partidos. Coletamos três informações para cada partido: nome do partido, ano de entrada, e o âmbito de direção partidária (com códigos para as seguintes situações: “não foi dirigente”, “dirigente em nível local”, “dirigente em nível estadual” e “dirigente em nível nacional”). |
| CARREIRA POLÍTICA (CARGOS ELETIVOS E NÃO ELETIVOS) | 45            | Pre vemos espaço para quinze postos públicos, registrando, para cada um, três informações: nome do cargo, cargo codificado e ano de entrada.                                                                                                                                                                                                                                        |
| SÍNTESE DA CARREIRA POLÍTICA                       | 4             | A síntese da carreira registra quatro informações: ano de entrada no primeiro cargo, ano de saída no último cargo, total de cargos e perfil de carreira. A última separa quatro tipos de carreira: somente cargos                                                                                                                                                                   |



|                          |   |                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|--------------------------|---|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                          |   | eletivos, somente cargos não eletivos, carreira mista com início em cargos eletivos, carreira mista com início em cargos não eletivos.                                                                                                                                                  |
| INFORMAÇÕES OCUPACIONAIS | 5 | Registramos o grau de instrução (com códigos para situações variando de “sem instrução” até “pós-graduação”), e o nome do curso em que o indivíduo foi diplomado. Além disso, registramos o nome de três ocupações desempenhadas pelo indivíduo antes do ingresso na carreira política. |
| ASSOCIATIVISMO           | 6 | Os vínculos associativos do indivíduo são coletados através de duas informações, ano de entrada e nome da associação. Prevemos espaço na planilha para até três organizações da sociedade civil.                                                                                        |
| OBSERVAÇÕES              | 1 | Na coluna observações os digitadores podem descrever situações atípicas, desencontro de informações entre as fontes, entre outras informações relevantes para o trabalho posterior à coleta dos dados.                                                                                  |

## Anexo II

### XIII. Resultados já publicados, orientações em curso etc.

Listo abaixo um conjunto de trabalhos que já estão ligados ao atual projeto de pesquisa sobre a classe política brasileira.

#### Portais eletrônicos

##### Observatório de elites políticas e sociais do Brasil

<http://observatory-elites.org/>

O Observatório pretende ser o principal ponto de referência nacional para informações sistemáticas sobre elites burocráticas e científicas, parlamentares e partidárias, judiciárias e intelectuais e elites profissionais e sociais do Brasil contemporâneo. O objetivo do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil é reunir e associar, num mesmo espaço virtual, pesquisas e pesquisadores, nacionais e estrangeiros, que tratem do tema a partir de diferentes perspectivas – histórica, sociológica, antropológica, teórico-metodológica – e que privilegiem diferentes dimensões na análise de elites: institucional, comportamental e cultural. O Observatório pretende contribuir para o avanço dessa área de estudos no país, aproximando cientistas sociais (em sentido amplo), facilitando a troca de informações, viabilizando, através do compartilhamento de bancos de dados, pesquisas integradas e a formação de um campo comum – e plural – de investigações sobre as diversas questões ligadas às classes dirigentes brasileiras: seus atributos sociais e profissionais, seus padrões de recrutamento, seu comportamento efetivo, suas ideologias e valores e suas conexões tanto com a estrutura social, quanto com o funcionamento das instituições políticas. Esse deve ser também um espaço para promover e abrigar debates sobre o rendimento analítico dos métodos de pesquisa comumente empregados nas sondagens, sobre o problema do acesso às fontes, sobre a qualidade dos dados coletados, sobre a forma de categorização das variáveis, etc.